



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000073289

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2319298-31.2024.8.26.0000, da Comarca de Sertãozinho, em que é agravante SANDRA APARECIDA PAVAN TREMESCHIN, são agravados PARANÁ BANCO S/A, BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., BANCO SEGURO S/A, ITAÚ UNIBANCO HOLDING S/A, BANCO BNP PARIBAS BRASIL S/A, FACTA FINANCEIRA S.A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO e BANCO BMG S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 14ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS ABRÃO (Presidente) E THIAGO DE SIQUEIRA.

São Paulo, 30 de janeiro de 2025.

PENNA MACHADO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº: 28605

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 2319298-31.2024.8.26.0000

AGRAVANTE: SANDRA APARECIDA PAVAN TREMESCHIN

AGRAVADOS: PARANÁ BANCO S/A. E OUTROS

COMARCA: SERTÃOZINHO

MMª. JUÍZA “A QUO”: PAULA AGUIAR PIZETA DE SANCTIS

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação de Limitação de Descontos. Empréstimo consignado. Decisão que indeferiu o pedido de concessão dos benefícios da Justiça Gratuita à Agravante. Inconformismo. Não acolhimento. Documentação apresentada pela Parte Agravante não demonstra ausência de recursos financeiros para custear as despesas com o Processo. Presunção relativa. Hipossuficiência econômica não comprovada. Inteligência do art. 99 do Código de Processo Civil. Decisão mantida. RECURSO NÃO PROVIDO.

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da r. Decisão de fl. 182/183 (dos Autos de Origem), que nos Autos de “Ação de Obrigação de Fazer”, indeferiu a Justiça Gratuita à Agravante.

Insurge-se a Agravante, alegando, em síntese, que não tem condições financeiras de arcar com as despesas processuais sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.

Sustenta que auferе rendimentos inferiores à 03 (três) salários-mínimos.

Discorre sobre os artigos 98 e 99, ambos do Código de Processo Civil e artigo 5º, inciso LXXIV, da Carta Magna.

Colacionou diversos Julgados.

Por fim, requer o provimento do Recurso para reforma da r. Decisão.

Agravo processado regularmente, com a concessão do efeito suspensivo pleiteado (fl.46), e apresentação de Contrarrazões (fls.63/84).

É o breve Relatório.

Respeitadas as razões do inconformismo exaradas, o Recurso interposto não comporta provimento.

Cuida-se de “Ação de Limitação de Descontos” proposta por “SANDRA APARECIDA PAVAN TREMESCHIN” em face de “PARANÁ BANCO S/A.” E OUTROS, objetivando, em suma, a procedência da Ação para condenar as Rés na obrigação de fazer, de modo que se abstenham de efetuar descontos no contracheque e na conta corrente da Parte Autora em percentuais que ultrapassem a 35% dos seus vencimentos mensais líquidos, deduzidos os descontos legais

Pois bem.

Com efeito, expressamente prevê o artigo 99, do Código de Processo Civil:

“O pedido de Gratuidade da Justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no Processo ou em Recurso”.

Contudo, claramente dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV:

“O Estado prestará Assistência Jurídica Integral e Gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” (grifos nossos).

O direito assegurado pelo referido dispositivo legal não é absoluto, não obstante a Recorrente ter declarado hipossuficiente financeiramente por meio da “Declaração de hipossuficiência” acostada aos Autos principais às fls. 23/27, tal afirmativa não comprova por si só demasiada hipossuficiência.

Na espécie, a Requerente não comprova a contento sua condição de hipossuficiência jurídica, neste particular, não colacionou nos Autos cópia da última declaração de imposto de renda ou/ declaração de isenta, **sequer** juntou aos Autos ou neste Recurso cópias de comprovantes de renda atuais referentes ao benefício previdenciário ou extratos bancários.

E ainda que assim não fosse, depreende-se no histórico de crédito do benefício previdenciário mais atual acostado aos Autos de Origem às fl. 116 (ref. Data Cálculo: **12/07/2024**) que a Agravante auferiu uma renda bruta de R\$ 6.879,72 (seis mil, oitocentos e setenta e nove reais e setenta e dois centavos), por outro lado, possuindo **rendimentos líquidos de R\$ 5.029,88** (cinco mil, vinte e nove reais e oitenta e oito centavos), **por conta de empréstimos consignados**, o que demonstra que pode arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo ao seu sustento.

Neste sentido, oportuno colacionar os seguintes Julgados deste Egrégio Tribunal de Justiça:

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação de exibição de documentos. Justiça Gratuita Necessidade de comprovação quanto à veracidade da declaração de pobreza. **Presunção relativa**. Indícios de capacidade econômica suficiente. Possibilidade de controle pelo Juiz e indeferimento quando não comprovada a insuficiência econômica. Negado provimento”* (Agravado de Instrumento nº. 0047171-02.2013.8.26.0000, Des. Rel. Hugo Crepaldi, 25ª Câmara de Direito Privado, DJ. 08.05.13).

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. Decisão que indefere as benesses. Insurgência do Autor. Não acolhimento. **Documentos juntados que destoam da alegação de hipossuficiência. Ausência dos pressupostos legais para concessão da gratuidade. Decisão mantida. RECURSO NÃO PROVIDO**”* (TJSP; Agravado de Instrumento 2071189-72.2021.8.26.0000; Relator (a): Benedito Antônio Okuno; Órgão Julgador: 14ª Câmara de Direito Privado; Foro de São José dos Campos - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 15/07/2021; Data de Registro: 15/07/2021).

Portanto, em que pese a alegada situação financeira difícil não foi cabalmente demonstrada a total ausência de receitas e patrimônio, suficiente para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

inviabilizar a assunção dos ônus decorrentes desta Demanda.

Logo, não demonstrada neste momento processual à impossibilidade da Autora em arcar com as despesas processuais, correto o indeferimento da Gratuidade Processual.

De qualquer modo, para viabilizar eventual acesso às vias extraordinária e especial, considera-se prequestionada toda matéria infraconstitucional e constitucional.

Ante o exposto, **NEGA-SE PROVIMENTO** ao Agravo de Instrumento interposto, mantida na íntegra a respeitável Decisão agravada.

PENNA MACHADO
Relatora